

Valores e Tensões entre as Liberdades de Expressão e de Imprensa na Democracia*

Jessé Torres Pereira Júnior

Desembargador do TJERJ

O Poder Judiciário e a imprensa estão comemorando, juntos, o Dia Internacional da Liberdade de Expressão. É um marco jubiloso no espírito democrático que deve inspirar a magistratura e a imprensa brasileiras.

Fui de um tempo jornalístico em que conviviam, no cenário dos meios de comunicação, veículos reputadamente sérios, solenes, no desempenho da missão de informar, e veículos que tratavam esse direito à informação como caminho para obter receitas e mobilizar sentimentos fazendo uso de recursos pouco ortodoxos, digamos.

Da palestra do Carlos Sardenberg deduzi que somos mais ou menos contemporâneos no tempo inicial de nossa experiência jornalística. Contava 18 anos quando comecei minha vida profissional no jornal **O Globo**, onde permaneci de 1964 a 1972. De lá víamos outros jornais contemporâneos estamparem manchetes surpreendentes depois de certos acontecimentos públicos. Poucos daqui acompanharam aqueles festivais de música popular brasileira da década de 60. Num desses festivais, o cantor Sérgio Ricardo apresentou no Maracanãzinho uma música que não caiu no gosto dos assistentes e foi muito vaiado. Reagiu às vaias quebrando o violão no joelho e lançando os pedaços no auditório. No dia seguinte, a manchete de um daqueles jornais foi "violada no auditório". Este mesmo jornal aproveitou-se do episódio em que uma jovem consumidora de cachorro quente, numa dessas carrocinhas de esquina, sofreu uma indisposição gastrointestinal e foi atendida em hospital público. No dia seguinte, a manchete do jornal era: "cachorro fez mal à moça".

*Palestra proferida no painel comemorativo do "Dia Internacional da Liberdade de Expressão", realizado no TJERJ, em 8 de maio de 2012.

Eram jornais que se valiam de mensagens ambíguas que pudessem despertar a atenção do espírito carioca para vender jornal e atrair publicidade. Como disse o Sardenberg, jornal é negócio, visa lucro e dele necessita para manter-se como empresa. Não há empresa jornalística que não seja um negócio. Deve gerar receita para pagar as despesas e obter lucro.

Ouvi uma síntese que se tornou conhecida sobre a imprensa quando fui entrevistar um diretor regional do FMI aqui no Rio de Janeiro, na década de 60. O governo brasileiro queria estreitar laços com a comunidade financeira internacional e precisava ter avais dela para certos programas. Esse diretor me disse que considerava a imprensa como o quarto poder. Falou nisso o tempo todo. É a ideia-síntese que introduz o segmento que residualmente me cabe expor depois de ouvir as magníficas exposições do Sardenberg e do Gustavo. Concerne ao significado jurídico da segunda parte do título do tema que nos reúne - “Liberdade de imprensa e a liberdade judicial: valores e tensões na democracia”. Focalizemos esses valores e tensões entre instituições gêmeas no exercício do poder. Há muitas, sérias, graves. Acredito que venham a encontrar caminhos de resolução e de harmonização.

Esses caminhos, na história do direito brasileiro, se abrem com a Constituição de 1988, que inequivocamente assegura a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento. Basta irmos aos artigos 5º, incisos IV, V, IX e X, e 220 da Constituição, para deles extrairmos que há uma proteção constitucional à liberdade de expressão e de pensamento. A liberdade existe e é assegurada, mas há limites. Toda liberdade deve conhecer limites para o seu exercício. Não há liberdade que possa ser exercida de modo ilimitado quanto às consequências das ações. A liberdade para praticar as ações é plena, mas as ações praticadas podem gerar efeitos geradores das tensões postas no título do nosso tema e que, inevitavelmente, desaguardam na instituição que recebe da Constituição a missão de ser a mediadora dessas tensões e dar a cada um dos conflitos decorrentes destas tensões a solução adequada, que é o Poder Judiciário.

Trago-lhes dois casos que foram examinados pela Segunda Câmara Cível, que integro e é presidida pela Des. Leila Mariano, ilustrativos de como operam os magistrados na conciliação dessas tensões. Para que possamos entender bem as premissas desses dois casos, devemos compreender que o movimento constitucionalista contemporâneo atribui às Constituições um papel até então desconhecido, qual seja o de limitador

dos poderes. Sobre tudo a doutrina europeia, espanhóis a frente, tem insistido nesse ponto: as políticas públicas, os princípios, as definições de competência são ferramentas que a Constituição maneja no intuito de limitar os poderes, deixando claro que não há, nem pode haver, poderes absolutos e incontrastáveis. Os poderes são instrumentais, buscam produzir bons resultados em favor da sociedade, por isto que as Constituições são limitadoras dos poderes, esvaziando-os de personalismos.

Se, como dizia aquele diretor do FMI no final da década de 60, a imprensa é o quarto poder, é evidente que a Constituição, ao garantir a plena liberdade de expressão e de pensamento, teria que dar a contrapartida dessa liberdade em relação ao uso que o poder da imprensa possa dela fazer. O Sardenberg advertiu que se praticam erros a todo momento no cotidiano da atividade jornalística. Esses erros podem causar danos nas pessoas atingidas. Eis a tensão. Embora a Constituição garanta plenamente a liberdade, também é uma limitadora dos efeitos de seu manejo equivocado, e entrega ao Poder Judiciário - só poder controla poder, verdade antiga jamais desmentida - a incumbência de estabelecer quais seriam as consequências jurídicas de eventuais excessos ou abusos praticados no exercício do direito de informar, que é o direito consequente da liberdade. Dito isto, vamos ao exame daqueles dois casos.

O primeiro deles, curiosíssimo, foi julgado em 2010, sendo Relator o Des. Maurício Caldas. Tratava-se de uma senhora cujo filho fora o 3º, o 4º ou 5º marido de uma famosa atriz de telenovelas. Veio a falecer. Enquanto casados, a famosa atriz promoveu a mudança de residência da sogra, de um subúrbio para a Barra da Tijuca. Falecido o filho prematuramente, divulgou-se a notícia de que a atriz não estava mais pagando os aluguéis da ex-sogra, que teria de retornar ao antigo subúrbio. A sogra se sentiu ofendida na sua dignidade pessoal e dirigiu ao órgão da imprensa que havia divulgado a notícia uma ação reparatória de danos morais e materiais.

Do voto do Relator podemos extrair considerações balizadoras, sumariando o conjunto de conceitos e definições com que o Poder Judiciário conta para examinar as tensões da espécie. Assinalava o Relator estarem em confronto, no caso, a garantia institucional à liberdade de imprensa e o direito à privacidade inerente à personalidade, ambos de índole constitucional (artigos 5º, inc. IX e X, e 220 da CF), mas nenhum deles absoluto em face do outro. Sujeitam-se, exatamente por isso a uma reserva geral

de ponderação, considerada a situação fática que se põe em aparente rota de colisão, na qual se recortam e se subjetivam, mas nem por isso se descolam de sua dimensão objetiva ou principiológica, em cujo nível se dá o balanceamento a convocar a técnica da cedência recíproca. A expressão, cedência recíproca, contrariamente ao que se sucede com o conflito de regras, também elas espécies de normas, quando a colisão se resolve quase sempre com a exclusão de uma delas. Quando há esta disputa quanto à prevalência a aplicar-se entre princípios manejados por poderes de igual dimensão e importância, reconhecidos pela ordem jurídica, a técnica a ser utilizada é a da ponderação que não exclui um deles, ambos permanecem. A prevalência eventual no caso concreto de um sobre o outro não é excludente, é conciliadora, harmonizadora, é esta cedência recíproca. Então, é preciso verificar, à luz das circunstâncias do caso concreto, qual o princípio que vai prevalecer.

Alexandre de Moraes, Professor de Direito Constitucional Administrativo de Direitos Humanos do Curso Preparatório para Concursos Jurídicos da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, teve oportunidade de asseverar: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão, a informação e a livre divulgação dos fatos devem ser interpretados em conjunto com a inviolabilidade da honra e da vida privada, Constituição art. 15, inc. 10, bem como a proteção à imagem, sob pena de responsabilização do agente divulgador por danos materiais e morais; são os inc. V e X do art. 5º. A proteção constitucional à informação é relativa, havendo a necessidade de distinguirem-se as informações de fatos de interesse público da exposição das condutas íntimas e pessoais protegidas pela inviolabilidade da vida privada e que não podem ser devassadas de forma vexatória ou humilhante. Jean François Revel faz importante distinção entre a livre manifestação de pensamento e o direito de informar, apontando que a primeira deve ser reconhecida inclusive aos mentirosos e loucos, enquanto a segunda, diferentemente, deve ser objetiva, proporcionando informação exata e séria” (**Conocimiento Inutil**, Barcelona, Editora Planeta, 1989, p. 207).

O campo de intercessão entre fatos de interesse público e vulneração de condutas íntimas e pessoais é muito grande quando se trata de personalidades públicas. Vejam como a tensão será de difícil composição e avaliação. Nessas hipóteses, a interpretação constitucional ao direito à informação deve ser alargada, enquanto a correspondente interpretação

em relação à vida privada e à intimidade deve ser restringida, uma vez que, por opção pessoal, as pessoas assim chamadas públicas (políticos, atletas, profissionais, artistas etc.) colocaram-se em posição de maior destaque e interesse social, ou seja, o que o homem ou a mulher comum anonimamente fizesse não teria maior interesse, não seria notícia, mas o que uma celebridade faz, mesmo que corriqueiro, passa a ser notícia e justifica a publicação.

No caso ilustrativo de que nos servimos, a sentença julgou improcedente o pleito reparatório da ex-sogra, que interpôs recurso de apelação. A Câmara, por unanimidade da turma julgadora, manteve a sentença de improcedência. Entendeu que a apelante, valendo-se da repercussão do casamento de seu filho com famosa atriz, passou a dar entrevistas, a se apresentar em público, a ter fotos suas publicadas, sem jamais se insurgir com essa, digamos, invasão de privacidade. Antes lhe era agradável, sem se dar conta de que o bônus da popularidade lhe custaria o ônus do interesse do acesso da mídia à sua vida particular, que resultou na veiculação da notícia que reputava falsa e apta a macular a sua honra, em ordem de ensejar obrigação secundária de reparação de dano moral.

A notícia era a seguinte (vou omitir os nomes porque pode ser que ainda haja mágoas no coração dessas pessoas, que não é adequado, nem elegante, reacender): “Fulana despeja a mãe de beltrano. Atriz deixou de pagar o flat em que a sogra morava na Barra da Tijuca. Sobrou para fulana, mãe de beltrano. Atriz não vai mais pagar o flat em que a sogra morava com seu marido na Barra da Tijuca, no Rio. Ontem à tarde caminhão de mudanças parou na porta do prédio para levá-la de volta a Nilópolis, onde ela vivia antes”.

A notícia, já se vê, não portava teor ofensivo. Dela em si não resultava dano *in re ipsa*. O dano dependia de prova a respeito da suposta lesão, que a apelante associava a repercussão social negativa da notícia ou a falsidade de seu conteúdo. O olhar do julgador vai se aproximando do centro da questão a partir do reconhecimento de que há poderes, há liberdades, há princípios que devem ser ponderados, sem exclusão de qualquer deles. O foco vai se concentrando no exame das circunstâncias do caso concreto. Instada a especificar as provas que pretendia produzir, a queixosa delas abriu mão, daí porque não se realizou a audiência de instrução, nem se colheu prova testemunhal que fosse apta a comprovar tanto a eventual falsidade da notícia quanto a repercussão negativa.

Nenhuma prova veio aos autos de que a notícia seria falsa ou de que, sendo verdadeira, houvesse promovido repercussões graves na vida da recorrente.

Por outro lado, não havia demonstração de que os alugueres eram pagos por ela, e não pela atriz, ou de que permanecera no imóvel. Ao contrário, entrevista concedida pela atriz à revista **Veja**, contra qual não se insurgira a apelante, tornara público e notório o fato de que a atriz, às suas expensas, transferira a sogra do subúrbio, em que vivia, para a Barra da Tijuca. Segue-se que os fatos foram narrados sem qualquer conteúdo ofensivo e sem que jamais lhes fosse demonstrada a falsidade. Assim, o eventual desconforto ou aborrecimentos experimentados pela pessoa pública que se tornara a sogra, embora não pertença ao cotidiano das demais pessoas, não se qualificavam como dano patrimonial ou moral a ensejar a pretendida composição.

Curioso que, nesse como em outros casos assemelhados trazidos aos tribunais, as partes e seus procuradores não façam referência a outra fonte de consideração jurídica, que é Código Civil de 2002, inovador no tratamento dos direitos à personalidade. Tanto que introduziu um capítulo próprio, direitos da personalidade, com pelo menos três artigos que não constavam do regime do Código Civil de 1916: os artigos 11 (“com a exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária”); 12 (“pode se exigir que cesse a ameaça ou lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”); e 17 (“o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória”).

A lei civil é a constituição do homem comum, como a chamavam os civilistas de séculos passados. É um monumento extraordinário e o nosso Código Civil de 2002 traz essa inovação quanto aos direitos da personalidade, admitindo a possibilidade de uma notícia lesar direitos da personalidade, que são o nome, a honra, a imagem, a boa fama, a reputação, a credibilidade, o crédito, a integridade física e psíquica. Todos esses direitos da personalidade são irrenunciáveis e intransmissíveis, diz o art. 11. Sua lesão habilita o titular a reclamar perdas e danos, sem prejuízos de outras sanções previstas em lei. Esse é o cenário de direito positivo, seja na Constituição, seja no Código Civil, que o juiz tem diante de si para compor a lide, no caso concreto. Cumpre-lhe verificar se houve ou não lesão a

direitos da personalidade pela notícia dita inadequada, equivocada, exagerada, maldosa.

Outra questão que vejo tratada de modo insuficiente, nos debates acerca de lesão a direitos da personalidade decorrente de notícia veiculada pela mídia, diz respeito ao nexo causal. O direito conhece a responsabilidade sem culpa, que é a chamada responsabilidade objetiva, mas não conhece a responsabilidade sem causa. Não existe responsabilidade sem causa. Há de existir a ponte entre o dano e a ação ou omissão que o provocou. Sem prova da causa eficiente entre o dano, que se comprove haver existido, e a ação ou omissão que se repute como causadora dele, não se constrói essa ponte.

O exame do nexo de causalidade precede o exame do elemento subjetivo. Exatamente por isto é que lhes trago outra decisão da Segunda Câmara, desta fui Relator. A autora dessa demanda reparatória se entendia atingida em sua honra por matérias publicadas por jornal editado pela ré, que atribuíram à autora, ex-servidora pública municipal, denúncias de “esquema de compra de votos e enriquecimento de secretário da prefeitura, que entrou pobre na prefeitura e está rica fazendo curso na Europa”. Esta era a notícia que a autora da ação entendia ofensiva à sua honra.

Do meu voto extraio: “a prova produzida não estabelece nexo de causalidade, sempre indispensável na responsabilização civil, entre os abalos a que foi exposta a imagem pública da recorrente e a atuação da ré, pela singela e evidente razão de que, na mesma data em que ditas matérias eram veiculadas, a ex-servidora, autora das declarações publicadas pela imprensa, as prestavam ao Ministério Público Estadual, que instaurou vários procedimentos de apuração, inclusive quanto às irregularidades imputadas à recorrente. Basta confrontar as datas das publicações com aquelas que a ex-servidora prestou voluntariamente ao MP, para comprovar-se que o jornal nada mais fez do que estampar declarações “enunciadas por quem se dispunha a denunciar suposta irregularidade ao MP e efetivamente o fez”. O jornal meramente reproduziu fatos que estavam ocorrendo e evidentemente eram fatos que representavam notícias: claro interessava à população saber o destino que se dava aos recursos vertidos ao erário municipal.

O verbete 221, da súmula do STJ, “ao consagrar que são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de danos decorrentes de publicação pela imprensa tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo

de divulgação”, estabeleceu solidariedade em hipótese diversa do caso retratado nestes autos, alcança os textos lesivos à honra quando se presume representativos da opinião também do veículo que os divulga, como são, por exemplo, os textos de editoriais e colunas assinados ou não publicados sem ressalva que traduzem opinião exclusiva do seu autor. No caso, os títulos das matérias publicadas e seus respectivos textos deixam claro que se tratava de denúncia formulada pela ex-servidora, inclusive ao MP, como efetivamente ocorreu. Nexos causal entre as publicações e o dano moral de que se queixa a apelante haveria se resultasse provado que ela não prestou tais declarações, ou que o seu teor foi deturpado pelo jornal, ou que os fatos referidos pela denunciante não haviam sido remetidos à apuração, nem esta, em verdade, acontecia. Se alguma dessas hipóteses houvesse resultado configurada pelas provas produzidas, aí sim teríamos uma responsabilidade a cobrar do veículo da imprensa. A prova colhida mostra o contrário: houve as declarações, prestadas igualmente ao MP, nos exatos termos em que veiculados pelo jornal, não sendo exigível da imprensa o exercício de atividade sindicante sobre a veracidade da denúncia que a ex-servidora, de modo voluntário, se dispunha a expor ao conhecimento das autoridades e da opinião pública.

Esse constitui outro aspecto relevante da matéria: há quem considere que a imprensa tem o dever de fazer uma investigação acerca dos fatos antes de divulgá-los. Esse dever da imprensa de apurar tem limites porque ela não é polícia, nem notícia é inquérito. Se, como nos descreveu o Sardenberg, o jornalista ou o editorialista chega à conclusão de que há razoabilidade ou aparência de verossimilhança, e que pessoas estão assumindo as declarações de que isto ou aquilo terá acontecido, então decidirá pela veiculação da notícia. Se, no futuro, a versão inicialmente apurada será verdadeira ou não, será outra história, que também evoluirá ao longo do tempo. Muitas notícias surgem com estrépito extraordinário e com o tempo se esvaziam, verificando-se que não guardavam a dimensão, o teor ou a gravidade que se imaginava no início. E também o oposto pode ocorrer.

Retorno ao texto do voto do relator: “os textos divulgados conciliam-se com a liberdade de pensamento que o art. 220 da Constituição garante aos veículos de comunicação social desde que observado o disposto nesta Constituição. Cabe à imprensa transmitir à população informações e opiniões acerca de matérias de interesse geral, como são as que

se referem à probidade nos exercícios de cargos públicos. Direito e justiça não são sinônimos necessários, embora hoje já se insista em que a grande meta do direito contemporâneo é a do direito justo. O direito pode ser um caminho para se chegar à justiça, que é o grande valor, mormente quando perpassado por escolhas de caráter político, e é saudável para o amadurecimento da cidadania do estado democrático do direito que haja debate e crítica sobre os pontos de tensão que entretêm em qualquer sociedade organizada. As publicações não fraudaram a proteção que o art. 5º, inc. V e X, da mesma Constituição deferem à honra e à imagem das pessoas. O abuso do direito de informar reside no nexo de causalidade entre o exercício ilegítimo desse direito e o dano moral sofrido pelas vítimas de ilações ou falseamentos entremeados no noticiário. O decisório nos tribunais tem sido firme na condenação desses excessos impondo corretivo do dever reparatório dos danos consequentes.

“No caso, os textos veiculados limitaram-se a estampar declarações voluntariamente concedidas por ex-servidora, presumidamente ciente do que estava a denunciar, tanto que as transmitiu às autoridades competentes, que as tomaram por termo e deflagraram os competentes inquéritos, consoante confirmado em juízo pela promotoria responsável. O jornal cumpria, portanto, o mister de divulgar as declarações, o que mereceu o destaque inerente à natureza da matéria, incluindo fotografia de denunciante e denunciados. Inevitável que o noticiário jornalístico cause aborrecimentos, quando não desalentos, àqueles que de algum modo participam dos fatos noticiados, o que não significa que toda notícia sobre supostas irregularidades tenham ânimo de injuriar, caluniar ou difamar. Se as dificuldades existem e estão sendo apuradas, o fato de constituírem ou não ilícitos é questão a ser examinada nas instâncias próprias. Todo aquele que exerce cargos e funções na administração pública deve estar consciente de que a nenhum servidor público é dado de imaginar-se excluído dos controles previstos na ordem jurídica, que a seu turno devem ser exercidos com a transparência que ajuda a construir o direito dever de informar exercitado pela imprensa no estado democrático de direito”.

Tudo isto me pareceu útil lhes trazer à consideração diante do noticiário que ocupa há semanas as primeiras páginas da imprensa brasileira, apontando o envolvimento de autoridades altamente graduadas de todos os poderes estatais. A imprensa, como quarto poder, está a exercitar o seu direito dever de informar, amparada na liberdade de expressão e de

informação. Se as pessoas que estão no centro dessas denúncias resolvessem ingressar com demandas judiciais para responsabilizar os órgãos da imprensa que estão a divulgar essas matérias, penso que o resultado seria a improcedência dos pleitos reparatórios, por todas as razões que acabo de enunciar.

Não queria finalizar minha participação neste saboroso painel - especialmente saboroso para mim porque evoca um tempo da minha juventude que já vai distante; foi o primeiro quinto da minha vida profissional; se dividisse por cinco os quase cinquenta anos de atividade profissional que cumpri na vida até aqui, o resultado seria um quinto de atividade jornalística, depois mais um quinto como advogado, seguido de três quintos na magistratura e no magistério – sem colher a oportunidade de lhes dar um último testemunho de como um antigo jornalista, hoje magistrado, vê a atividade interna da imprensa, já tendo dela participado.

Onde estariam os pontos de tensão entre os dois agentes fundamentais dessas instituições gêmeas, o juiz e o jornalista? Podemos extrair os pontos de tensão pela comparação entre os produtos dessas duas atividades. O produto da atividade jornalística, a notícia; o produto da atividade judicial, a decisão. São surpreendentemente comparáveis esses produtos.

De segunda a sexta-feira, um jornal do porte e da dimensão do **Globo** veicula cerca de 40 páginas de notícias, excluindo matéria paga. Aos sábados e domingos, a edição praticamente dobra, alcançando a média de 80 páginas, com os cadernos especiais. Temos a média de 60 páginas-dia, que, multiplicadas por 365 dias, nos dá cerca de 22.000 páginas publicadas anualmente. A página de um jornal contém 6 colunas, dependendo da opção de diagramação que se adote. Nessas colunas cabem cerca de 14 laudas de 30 linhas. Ou seja, vamos ter 310.000 laudas de notícias ao ano. Este é o produto em termos quantitativos.

O relatório do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de 2010, mostra que produzimos, em números redondos, um milhão de decisões extintivas de processos por ano, em ambos os graus de jurisdição. Estimando que cada decisão ocupe uma média de três laudas - claro que haverá decisões com número muito maior de laudas e decisões com número menor -, teremos três milhões de laudas/ano de decisões judiciais contra aquelas 310 mil laudas/ano de notícias. Logo, o número de laudas/ano publicadas num jornal como **O Globo**, de circulação nacional, corresponde a 10% das

laudas de decisões judiciais extintivas de processos/ano, produzidas por um só Tribunal estadual.

Passemos a uma comparação quanto à natureza visível desses produtos.

A notícia expõe conflitos em exíguo tempo e comprimido espaço, por isto que traduz, necessariamente, uma síntese seletiva. A redação do jornal de uma emissora de televisão recebe milhões de possíveis notícias ou informações, que poderiam ser transformadas em notícias, todo dia. É imperativo, diante do tempo e do espaço disponíveis para a divulgação, que se faça uma seleção do que transmitir ao público. A notícia é, necessariamente, uma síntese apertadíssima. São acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais que disputam o espaço e o tempo da programação ou do meio impresso. Logo, há critérios seletivos peculiares dos fatos que lhe justifiquem a publicação, na medida em que interessam ao público alvo da empresa de comunicação. E cada empresa visa um determinado público, daí a diversidade de linguagem, valores e perspectivas. Que há essa diversidade de valores e perspectivas é fácil de perceber. Basta uma leitura do **Globo** e do **Extra**, jornais do mesmo grupo. Fica evidente que o **Extra** procura atingir um público diferente do público do **Globo**. Por vezes, a mesma notícia recebe um tratamento diferente, com o fim de alcançar o nível de interesse e compreensão de um determinado público. Idêntico processo ocorre nas emissoras de televisão e de mídia em geral: cada qual escolha o seu público e procura atingi-lo pelo uso de valores, linguagem, tom e perspectivas ajustados a cada qual. A notícia retrata, amplia ou reduz a dimensão dos fatos e suas circunstâncias segundo a linha editorial do jornal ou do veículo comunicador. E essa linha está evidentemente comprometida com interesses que só a empresa de comunicação conhece, sejam políticos ou econômicos. Os compromissos afinam-se, a seu turno, com a capacidade de gerir-se a empresa e obter lucro.

O Poder Judiciário pode ter o seu orçamento devassado por qualquer pessoa. Recentemente, o **Globo** publicou artigos assinados por um historiador da universidade de São Paulo, que obtinha na Internet dados sobre o orçamento dos Tribunais Superiores. Esquadrinhou o orçamento do STF e ofereceu considerações críticas sobre o valor de recursos destinados a tais ou quais finalidades e rubricas. Os senhores já tiveram oportunidade na vida de conhecer o balanço de uma empresa jornalística, que corresponderia ao seu orçamento? Eu nunca tive. Esses balanços pode-

riam ser reveladores de compromissos. Devemos admitir que toda empresa possa ter os seus segredos empresariais, interesses submetidos a uma certa reserva, para protegê-la da concorrência ou habilitá-la a ser mais eficiente no mercado. Mas o público não sabe quais são.

A notícia massifica o conflito. Todos passam a ter dele ciência e a dele participar, tomando partido por influência do que e do como se noticiou. A notícia produz esse efeito, uma reação em cadeia. E o faz a cada 24 horas, passadas as quais a notícia envelhece e tende a tornar-se desinteressante, deixa de ser notícia. Por conseguinte, há maneiras de manter vivo o interesse e uma das maneiras mais eficientes é desdobrar a notícia. São assuntos que ocupam dias, semanas, meses as primeiras páginas dos jornais. Poderiam ter sido objeto de um caderno especializado, esmiuçando-os completamente. Mas, então, esgotar-se-ia a notícia. Ao contrário, a notícia que libera aos poucos, a cada dia, os seus detalhes, mantém-se interessante e estimula que outras fontes possam oferecer mais matéria, que se transforma em mais notícia. É assim que funciona. Manter ou não determinados fatos em evidência é uma questão também associada aos compromissos da empresa jornalística.

Enquanto a notícia expõe conflitos como uma síntese, a decisão judicial deve pôr fim aos conflitos que chegam ao Judiciário sem hora marcada, nem processo seletivo. O juiz não escolhe as demandas que vai julgar. Não pode dizer isso aqui vale a pena, aquilo não vale a pena; essa é uma questão jurídica interessante, aquela é insípida juridicamente e não me interessa julgar. É sua função examinar e julgar todos os conflitos que lhe sejam submetidos. A pessoa que não gosta de decidir, que tenha receio de decidir, que tem dificuldades no seu processo mental de tomar decisões, está na profissão errada se for juiz. O juiz é pago para decidir.

Este momento é ímpar para mim porque me faz recordar coisas. Quando adolescente, tive uma namorada que ilustra essa disposição pessoal para decidir. Telefonava para ela, convidando para irmos ao cinema. Ela passava a perguntar: qual o filme? quais são os atores? e o diretor, quem é? você já leu a crítica sobre o filme? a sala de projeção é boa, tem isso, tem aquilo? Até que eu perdia a paciência e dizia - eu só queria ir ao cinema, nem estava interessado no filme, só em namorar. Há pessoas que têm uma dificuldade enorme para decidir. É quase um tormento para certas pessoas decidir. Se forem juízes, estão na profissão errada. Do juiz espera-se a empatia, tal como o jornalista tem que ter para logo perceber o que é notícia.

O juiz tem que ter empatia com o drama do outro, colocar-se no lugar do outro, ciente de que pode estar julgando uma vida, com todas as suas implicações. O juiz sente o conflito e depois desenha o contorno objetivo jurídico, orientador, pacificador do conflito. A decisão judicial, ao invés de ser uma síntese, e ao invés de selecionar o que vai ser objeto de sua consideração, é o resultado elaborado de uma análise. A decisão judicial não é síntese, é análise, sempre. Não faz escolhas, decide sobre o problema que as partes lhe trouxeram porque não souberam, ou não puderam, encontrar a solução por si mesmas. Desde os conflitos aparentemente mais banais até os mais intrincados, complexos, de menor valor ou de grande valor material, tudo pode ser objeto de uma demanda judicial, a exigir uma decisão judicial.

A decisão judicial contém-se nos autos de um processo, que são acessíveis ao público, sem serem expostos ao público. O público não sabe qual foi o processo segundo o qual o jornalista e o editor resolveram considerar que tais ou quais fatos constituíam notícia; é um processo subjetivo, interno da empresa. Alguém, em algum momento, decide o que é e o que não é notícia. O processo judicial tem cada passo controlado pelas partes, pelos advogados, pelo Ministério Público. Tudo se desenvolve nos autos do processo. Sabe-se, exatamente, como começou e como deve caminhar até o seu desfecho, segundo normas e regras previamente conhecidas, formando o conjunto chamado de devido processo legal.

Na relação triangular do processo – juiz, autor e réu – não há limite rigoroso de tempo, que é sempre o calcanhar de Aquiles de todo processo: se a imprensa tem que dar a notícia em até 24 horas, sob pena de se tornar velha e deixar de ser notícia, o juiz não tem um tempo certo para proferir a sua decisão; o tempo dependerá da natureza da causa, do volume e da diversidade das provas, do empenho das partes, de uma série de fatores, enfim, até que o juiz possa se considerar em condições de decidir.

A decisão judicial nada mais faz do que finalizar um processo, pon-do termo a conflitos, interindividuais em sua maioria, mas também coletivos, e ambos podendo ensejar manipulações orçamentárias no tempo, como ocorre, por exemplo, com o pagamento dos precatórios judiciais. O Presidente Manoel Alberto está tentando obter apoio do CNJ para a revisão de nossos procedimentos de pagamento de precatórios. Vamos ver se de lá vem alguma proposta que já não tenha sido tentada pelo Tribunal. Esse tema é recorrente. Toda administração tenta melhorar. A dificuldade

está em que não depende só do Poder Judiciário, posto estar vinculada à disponibilidade de recursos orçamentários e o Executivo joga com isto (Pres. Manoel Alberto, “eu já sequestrei recursos de 15 prefeituras”). É papel do Judiciário decidir e tornar efetiva a decisão, desafio que se eleva quando se confrontam os poderes do estado em razão da disponibilidade de meios.

Despeço-me referindo um episódio reputado como verdadeiro. Não sei se mereceu, na época, um espaço como notícia. Conta-se que ocorreu em outubro de 1995, no Atlântico Norte, litoral canadense, um entrevero envolvendo o comandante de um navio que navegava naquelas águas e autoridades costeiras. O comandante do navio, ao observar um obstáculo indicado nos equipamentos da embarcação, entrou em contato com este e passou a mensagem: “solicito alterar 15 graus norte para evitar colisão”. Recebeu em resposta orientação oposta: “recomendo mudar o seu curso 15 graus sul”. O comandante do navio ficou um tanto aborrecido e se identificou: “aqui é o capitão de um navio norte-americano, repito: mude o seu curso 15 graus norte”. O canadense replicou: “não, mude você o seu curso 15 graus sul”. O americano elevou o tom de voz e foi peremptório: “este é o porta-aviões USS Lincoln, o segundo maior navio da frota norte-americana no Atlântico, estamos acompanhados de 3 destroyers, 3 fragatas e inúmeros navios de suporte; exijo que mude o seu curso 15 graus norte ou tomaremos contramedidas imediatas para garantir a segurança da esquadra”. Veio a resposta do outro lado: “aqui é o farol, câmbio final”. Moral da história: ignorância e arrogância nos fazem cegos mesmo para compartilhar águas e destinos comuns.

Obrigado pela atenção com que me ouviram. ❖